

Yara Marques Lima

Gerciane Maria da Costa Oliveira

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Grupo de Trabalho 04 - Currículo e políticas educacionais: O ensino de sociologia frente à BNCC

O 'novo' ensino médio e o ensino de Sociologia: reflexões sobre seu percurso histórico e sua continuidade

Belém, Pará

2021

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil caminhou e ainda caminha de forma lenta e gradual. A partir de 1930 houve a inserção do pensar a modernização e a industrialização no país, com a chamada Era Vargas¹. A educação passou a ganhar espaço nas discussões e nos projetos de políticas públicas. Somente isso não foi capaz de solidificar e introduzir uma política educacional que contemplasse a todos e agisse de forma igualitária. Até hoje o ensino brasileiro apresenta um caráter dualista: o ensino propedêutico, que corresponde a ser um conhecimento introdutório visando a universidade e o ensino tecnicista, modelo que visa uma educação operacional. Em alguns momentos históricos, esse caráter é atenuado e em outros não. Por muito tempo a tentativa de revertê-lo foi falha.

À medida que foram propostas reformas educacionais, que na pesquisa corresponde a apresentação ao período de 1930 a 2017, cada qual apresentou o contexto pelo qual propôs reformulações para os sistemas de ensino. Dessa forma, percebemos que a temática da educação perpassa um contexto de recorrentes mudanças e que no período atual nos deparamos com uma nova realidade, vinda da implementação de uma outra reforma educacional e curricular. É de suma relevância enveredar nessa temática, principalmente no que se refere aos desdobramentos em relação a Reforma do Ensino Médio de 2017.

Dentre esse contexto de reformas, algumas disciplinas, especificadamente a Sociologia, perpassa por um cenário de avanços e recuos. Em cada reforma, apresentada ao longo dos anos, ela se apresenta de forma diferente. Na atual conjuntura, a Sociologia caminhava com uma consolidação de sua obrigatoriedade desde 2008, mas que acaba por ser interrompida com a proposta do Novo Ensino Médio. A partir disso, busca-se compreender as mudanças desse novo cenário e não somente isso, mas também perceber como a disciplina de Sociologia se apresenta nesse contexto, devido ao seu caráter de intermitências dentro dos currículos do ensino médio brasileiro.

¹ A Era Vargas compreende o período de 1930 a 1945. Esse período corresponde a diversas mudanças nas diferentes esferas da sociedade. É importante ressaltar que Getúlio Vargas exercia uma postura autoritária durante seu governo, utilizou-se de propagandas para manipular a opinião pública ao seu favor e seus opositores eram tratados com censura, prisões, torturas e exílios. Para saber mais sobre o assunto: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao>

É importante retomamos, em forma de síntese, o delinear do percurso histórico da Sociologia dentro do currículo escolar objetivando visualizar como um todo o desenvolvimento de seu ensino. Apresentar sua historicidade e como se deu o percurso recorrente de entradas e saídas no currículo, nos permite trazer reflexões sobre a sua falta de solidificação dentro da educação básica e como a partir dessa nova reforma ela irá se encaminhar, visto que ela deixa de ser uma disciplina obrigatória para se tornar integrante do campo ‘estudos e práticas’².

Delineado esse percurso, o objetivo do presente trabalho se constrói em apresentar um panorama do ensino de Sociologia à luz da reforma do ensino médio de 2017, situando quais pressupostos elucidam o formato com o qual a disciplina irá ser conduzida dentro do cenário do ‘novo’ ensino médio. Como desdobramento para concretização desse objetivo, se faz por necessário, objetivar secundariamente compreender o percurso histórico da disciplina e o cenário da efetivação em lei da reforma em questão.

Para tal feito, o trabalho tem como metodologia uma pesquisa de cunho qualitativo para melhor compreensão dos conceitos utilizados e que inicialmente foi necessário a realização de uma pesquisa bibliográfica a fim de definir o estado da arte sobre o tema. Devido a quantidade de materiais referente a leis e decretos que fazem parte das alterações no ensino brasileiro, sendo de fundamental importância salientar o número significativas de emendas e atualizações nas leis que compõem a estrutura do ensino, a pesquisa também se apresenta como sendo uma pesquisa documental. Nesse sentido, dividiu-se a literatura estudada em três etapas: referente as reformas educacionais brasileira (Romanelli, 2014; Vieira, 2008), referente a trajetória da disciplina de sociologia no ensino médio (Feijó, 2012; Lima e Cruz, 2018), e referente a reforma do ensino médio de 2017 e seus desdobramentos (Ferreira e Santana, 2018; Lopes, 2021). Optamos por trazer autores que pontuam sínteses sobre os assuntos.

A estrutura do artigo segue os passos da literatura estudada. Ao estruturar nesses três tópicos o debate flui de uma melhor forma por conseguir visualizar como se mantém a Sociologia no currículo do ensino médio. O que se nota é como ela não conseguiu se consolidar e precisa constantemente reforçar sua importância e colaboração aos

² Segundo o Artigo 35- A da Lei nº 13.415/2017 são estudos que podem “ser desenvolvidos por projetos, oficinas, laboratórios, dentre outras estratégias de ensino-aprendizagem que rompam com o trabalho isolado apenas em disciplinas.” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art3 .

estudantes. Quando ela caminhava com uma melhor estruturação, partindo de 2008, seu percurso é interrompido e novamente é posto à prova sua importância. Em síntese, conclui-se que a Sociologia é uma disciplina que para além de ofertar uma educação cidadã, ela oferta aos estudantes ampliar os olhares acerca da sociedade. Com isso, como estruturada no ensino médio, incluindo as percepções da Antropologia, Ciência Política e da Sociologia ela oferta um entendimento sobre as diferentes dinâmicas da vida social, política, cultural e econômica. Refletir, contrapor, argumentar, sintetizar e sistematizar são ações que a disciplina pode auxiliar no desenvolvimento e aprendizagem dos e das estudantes.

AS REFORMAS EDUCACIONAIS BRASILEIRA: O QUE ELAS TEM A DIZER?

Não precisamos retomar todos os modelos educacionais já implementados para perceber que o Brasil sofreu e ainda sofre para consolidar suas políticas educacionais. A urbanização e a industrialização foram também processos tardios. A escolarização e a alfabetização são ações que voltaram-se para a vida urbanizada. Grande parcela da população rural não interessava-se nessas questões. A partir de 1930 com a construção de um estado nacional moderno é que se caminha para pensar como a educação é um fator de expansão da sociedade em diferentes segmentos.

Primeiramente, é preciso frisar que as “reformas expressam expectativas de melhoria de uma situação existente e representam medidas acionadas pelo poder público pela via de seus instrumentos legais e que, portanto, são passíveis de análise” (VIEIRA, 2008, p. 150). Referente a educação brasileira, essas reformas educacionais e curriculares mantem correlação com o cenário político do período ao qual cada uma foi introduzida (VIEIRA e FARIAS, 2011; ROMANELLI, 2014). Isso não quer dizer que todas as mudanças sofreram essa influência, mas que o cenário de elaboração, implementação e discussão perpassam por tais influências. As reflexões giram em torno de pensar nos formatos de aprendizagem, no que se refere principalmente a educação pública, em relação às propostas de ensino implementadas.

Bourdieu (2014) desenvolve em sua teoria do sistema de ensino a análise referente ao sistema de ensino e a estrutura das relações entre as classes. É nesse ponto, que destacamos o papel que a escola apresenta como uma reprodutora de desigualdades sociais. Portanto, pensar o contexto das reformas educacionais para o ensino brasileiro é

analisar o que cada reforma apresenta e pretende apresentar para a estruturação do ensino e a construção do currículo escolar. Assim, Nogueira e Nogueira (2002), apresenta uma análise da perspectiva de Pierre Bourdieu, sobre a escola e sua atuação como um espaço de aprendizagem:

Onde se via igualdade de oportunidades, meritocracia, justiça social, Bourdieu passa a ver reprodução e legitimação das desigualdades sociais. A educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais. (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2002, p. 17)

Quando transposto essa percepção da educação e o papel que a escola exerce, as reformas educacionais brasileiras, cada qual em seu momento histórico, marcam um modelo educacional diferente para a formação dos e das estudantes. Essas mudanças podem apresentar contextos e perspectivas diferentes, como também não dialogar em um processo de continuidade.

Nesse caminho, apresentamos uma breve síntese da trajetória histórica da Sociologia no ensino médio, abordando como ela apareceu nas reformas educacionais desde o período da Era Vargas até como ela se encaminha na nova reforma. A importância de destacar essa trajetória se dá por visualizarmos os percalços encontrados ao longo dos anos e compreender sua nova dinâmica na nova reforma. Não há como entender o funcionamento da disciplina na atualidade sem compreender seu processo de estruturação histórico.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

A Sociologia enquanto ciência e enquanto disciplina integrante dos currículos escolares é nova. Sua atuação fora muitas vezes associado a questões ideológicas e políticas. Dentro dos currículos escolares ela passou com inscontantes entradas e saídas com as quais podemos refletir os fatores que levaram a sua intermitência no ensino médio. Ao longo dos anos, pontuando-se de 1930 a 2018, inúmeras mudanças, com reformas educacionais, constituições e decretos instituíram a educação brasileira. Cabe aqui, de forma sucinta, destacar o percurso da disciplina. Não abordando precisamente as reformas, mas instigando a partir de cada contexto, o pano de fundo das reformas e como a Sociologia aparece ou desaparece.

A partir de 1930 temos uma nova forma de organização política com a Era Vargas. Encaminhado a partir desse período temos sucessivas mudanças, na tentativa de estabelecer uma educação a nível nacional, mas que caminha com muitos percalços. Dentre esses percalços o que se sobressai é o financiamento da educação e a dualidade no ensino. A Sociologia, por sua vez, dentro da Reforma Francisco Campos de 1931 é integrante do currículo escolar, pois na reforma anterior, a Reforma Rocha Vaz de 1925, ela fora introduzida no currículo escolar. Em 1946 tivemos sucessivas mudanças na educação com a Reforma Capanema que também ficou conhecida por Leis Orgânicas do Ensino por apresentar muitos decretos que modificou os ensinos industrial, secundário, comercial, primário e normal³. Nesse momento a Sociologia é retirada do currículo e caminhou na margem da invisibilidade por longos anos. Com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 reaparece como disciplina facultativa e na Reforma do 1º e 2º graus desaparece mais uma vez.

O que importa destacar para contextualizar essas reformas e o cenário político vigente é que o período da ditadura militar, embora buscasse promover melhores níveis de educação, acabou por atenuar, cada vez mais, o ensino dualista. O investimento passou a ser na educação profissionalizante, que por sua vez, não vingou. Com isso a retirada de disciplinas da área de Humanidades e o investimento no ensino profissionalizante corroboram com “a ideia era promover uma educação alienante, sem apreensão de um conhecimento que pudesse levar à reflexão e à crítica, mas que colaborasse com o crescimento econômico capitalista” (FEIJÓ, 2012, p.144).

O Brasil respira novos ares com a Constituição de 1988 e a educação passa a ganhar novos desdobramentos. Dentre eles, a LDB de 1996 passa a estruturar o ensino em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, mas a Sociologia ainda não reaparece. Além disso, teve a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) que posteriormente pasou a ser o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), a

³ Suas especificações são: a) Decreto - lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial; b) Decreto – lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942: cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; c) Decreto – lei 4.244, de 9 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário; d) Decreto – lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial; e) Decreto – lei 8.529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica de Ensino Primário; f) Decreto – lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal; g) Decreto – lei 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946: Criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC; h) Decreto – lei 9.613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DNC), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e dos Planos Nacionais de Educação (PNE). Sem dúvidas, foram grandes iniciativas de fomento para a educação.

Em 2008, depois de um longo período de debates, a Sociologia teve sua obrigatoriedade aprovada através da Lei nº 11.684 “que através da aprovação do parecer CNE/CEB 38/2006 possibilitou para que a lei fosse aprovada. O cenário da Sociologia passou a:

diante de reformulações na lei, como no caso da 11.684/2008, documentos norteadores foram elaborados para que se possa pensar em uma base comum nacional que seja norteadora e eficaz acerca dos conhecimentos a serem ministrados em salas de aulas. A Sociologia passa a adentrar documentos como os PCNs, DCNs e as Orientações Curriculares para o ensino médio, que visam contribuir, elucidar e nortear as várias formas de conduzir as temáticas no campo da Sociologia dentro do ambiente escolar. (LIMA e CRUZ, 2018, p. 5)

Com sua obrigatoriedade consolidada, a Sociologia passa a integrar os documentos norteadores da educação, além de integrar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), configurando marcos importantes para sua consolidação e nova fase dentro do ensino médio. O livro didático além de auxiliar o professor(a) também oferta aos estudantes um material em que possam conhecer e aprofundar os assuntos.

Até 2017 a Sociologia caminhou, mesmo com as dificuldades da falta de tradição e reconhecimento no ensino médio, no ensino médio, mas acabou por intorromper 10 anos de consolidação e obrigatoriedade com a Reforma do Ensino Médio de 2017 (LOPES, 2021). É nesse caminho que adentramos a fase atual da educação brasileira, marcada pela aprovação da Lei 13.415/2017 que corresponde ao Novo Ensino Médio.

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO DE 2017 E O ENSINO DE SOCIOLOGIA

As mudanças que acompanharam o cenário da nova reforma marcam um novo momento histórico da educação brasileira. Sabe-se que não havia modificações do currículo do ensino médio há algum tempo e que, em alguns aspectos, mudanças eram necessárias. O que apresentam-se em questão é o processo de elaboração e discussão em torno do projeto de uma nova reforma, que além dela, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também estava em construção. Mas com as mudanças políticas e cenários de efervescência na esfera social e política, as mudanças acabaram por ser aceleradas e com

pouco e/ou quase nenhum diálogo com os órgãos que participam do ambiente escolar e ecoou novos dilemas e questionamentos para a educação.

A Reforma de 2017 é fruto de uma Medida Provisória (MP) apresentada em 2016, durante um governo provisório, instituído após um processo impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff⁴. Ao ser lançada, a MP sofreu diversas críticas, uma delas foi sobre a retirada das disciplinas de Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia, e a inserção de professores(as) com notório saber para ministrar aulas no ensino técnico e profissional. Quando foi transformada em lei, alguns dos pontos criticados permaneceu, como a permanência dos profissionais com notório saber, e outros se modificaram, como a permanência das disciplinas de Artes e Educação Física, enquanto a Sociologia e a Filosofia deixaram de ser disciplinas e se tornaram “estudos e práticas”⁵. No texto da MP aparecem as justificativas para a implementação da reforma que valem a pena ser apresentadas:

As justificativas para as propostas de reforma curricular aglutinam-se em torno de quatro situações, conforme atesta a Exposição de Motivos à MP no 746/2016: o baixo desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); a estrutura curricular com trajetória única para o conjunto de estudantes, cuja carga compreende 13 disciplinas, considerada excessiva e que seria a responsável pelo desinteresse e fraco desempenho; a necessidade de diversificação e flexibilização do currículo, tomando por modelo os países com melhor desempenho no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA); o fato de que menos de 17% dos alunos que concluem o ensino médio acessam a educação superior, e que cerca de 10% das matrículas estão na educação profissional como justificativa para a introdução do itinerário “formação técnica e profissional. (FERRETI e SILVA, 2016, p. 394)

⁴ O impeachment se deu em um período de 8 meses, sendo finalizado em 31 de agosto de 2016. A presidenta foi acusada por crimes de responsabilidade fiscais e créditos suplementares sem autorização legislativa. O contexto do acontecimento foi de grande agitação social, impulsionada pelos graves e constantes escândalos de corrupção por parte da base do governo, ao mesmo tempo em que se havia uma manipulação das massas financiada por empresários do setor industrial. A cronologia dos acontecimentos pode ser vista em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>

⁵ Segundo o Artigo 35- A da Lei nº 13.415/2017 são estudos que podem “ser desenvolvidos por projetos, oficinas, laboratórios, dentre outras estratégias de ensino-aprendizagem que rompam com o trabalho isolado apenas em disciplinas.” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art3.

Tais justificativas elucidam que, por vezes, não se produz o diagnóstico escolar de conhecimento da própria realidade do país e parte de outras localidades para alavancar os índices de qualidade da educação. Uma reforma em si, seria plausível, percebendo tais dificuldades no ensino médio, desde que a discussão fosse ampla e não de forma acelerada como a proposta e aprovada. É válido destacar e analisar os índices educacionais e as realidades das diferentes localidades para assim partir em torno de expectativas de melhorias.

Após a aprovação da Lei nº 13.415/2017, foi lançado o documento normativo que fomenta a base de implementação da reforma. A organização do currículo é uma das mudanças significativas da reforma, que dividiu o currículo de duas formas: a formação básica comum e os itinerários formativos. A BNCC organiza o currículo através dos conceitos de competências e habilidades e que é necessário pontuar o caráter de disputa do modelo de currículo que perpassou seu cenário de aprovação. Como Lopes (2021) aponta, a BNCC teve 3 versões, sendo a sua última aprovada. Desde 2015 já vinha caminhando com as discussões em torno da base com a primeira versão. A segunda versão apresentada no período ao fim de 2015 e início de 2016, foi posta a consulta pública também. Ambas perpassam um cenário conflituoso e pontuam as disciplinas de Sociologia e Filosofia, abrangendo sua continuidade no ensino.

Como falado anteriormente, a MP de 2016, ocorreu de forma acelerada e já em 2017 fora aprovada a Lei. Como consequência, o processo de elaboração da BNCC também foi impactado, pois se caminhava na elaboração e discussão ampla, passou a acelerar sua construção e norteou outros caminhos para a base. Em sua terceira versão apresentou consultas públicas antes de ser homologadas, mas o documento apresentou uma versão descontinuada, divergindo o arranjo curricular das duas versões anteriores (LOPES, 2021). A partir desse cenário apresentado, a Sociologia enquanto disciplina que tentava instaurar sua consolidação no ensino médio, recaí mais uma vez a mudanças sobre a disciplina. Um fator interessante a pensar sobre o local atribuído, inicialmente de retirada da disciplina, e depois, a partir de pressão popular reintegrada na forma de estudos e práticas, é refletir sobre o modelo educacional proposto na nova reforma. Com isso, cabe aqui pontuar algumas mudanças propostas pelo Novo Ensino Médio.

As principais mudanças propostas na Reforma de 2017 foram a mudança na estruturacurricular, seguida pelo aumento de carga horária e o ganho de autonomia por parte dos e das estudantes. Essa construção da perspectiva de autonomia dos e das

estudantes, partem da tentativa de aparentar dar a eles e elas autonomia da escolha de seus futuros, a partir da escolha do itinerário formativo ao qual seguir⁶. É preciso frisar que essa escolha não se dá de maneira aleatória. Há um contexto cercado por diferentes realidades – econômica, cultural, política e social, subjetividades, expectativas, e opiniões que permeiam o sentido da escolha a ser feita. Duas propagandas foram divulgadas para fazer a divulgação da nova reforma e ambas trazem referências ao suposto ganho de autonomia. A perspectiva de ofertar ao jovem estudante a ‘escolha’ em enveredar por um dos itinerários formativos, não se comprova em lei. A oferta desses itinerários fica a cargo das instituições escolares, adequado a partir da sua realidade o que é viável ou não ofertar, a partir de uma realidade local. O conteúdo anunciado nas propagandas corrobora com a noção de falsa liberdade e de falso poder de escolha, pois não fica a cargo de uma escolha somente do aluno, mas a uma escolha diante do que pode e está sendo ofertado. Essa ferramenta da propaganda com o ganho de autonomia foi a maior investida do governo para aproximar a população, precisamente os jovens estudantes, a ter uma simpatia pela nova reforma.

A mudança de carga horária prevista para a reforma é que o ensino médio passa de duas mil e quatrocentos horas (2400h) para três mil horas (3000h), sendo mil e oitocentos horas (1800h) destinadas às disciplinas obrigatórias, apresentadas na BNCC e mil e duzentas horas (1200h) destinadas a escolha livre dos e das estudantes dentro dos itinerários formativos. Embora apresente esse aumento, a lei em nenhum momento trata de assuntos de estruturação da educação, como infraestrutura das escolas para lidar com uma nova realidade escolar, visto que agora o aluno passará mais tempo em suas dependências. Esse aspecto também não leva em consideração ao estudante trabalhador(a), que ao passar cerca de 7 horas na escola, fica impossibilitado de no contra turno ter um trabalho. Essas relações abrem questionamentos em saber se os e as estudantes estão aptos e possuem aparatos – sociais, econômicos e estruturais, de estar inserido no ensino de tempo integral. Além disso, leva-se em consideração as condições do trabalho docente, que não se configura apenas como um mero reprodutor de conhecimento, mas sujeitos que também participam do processo ensino-

⁶ Conforme a lei 13.415/2017, Artigo 36, os itinerários formativos são: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional.

aprendizagem e estão envolvidos na mudança da nova realidade escolar. Essa realidade, abre o precedente de questionamentos em relação a questões orçamentárias – visto o congelamento dos gastos, e a implementação da reforma, demonstrando inviabilidade no aumento da carga horária⁷.

Visto um pouco desse cenário, retomemos a disciplina de Sociologia e as reflexões acerca de como se dará seu ensino, visto o local de estudos e práticas ao qual foi acometida no Novo Ensino Médio. Ferreira e Santana (2018) nos fala que

Ao se refletir sobre o lugar da Sociologia na educação básica, é possível afirmar que suas aulas proporcionam ao estudante o contato com ferramentas de potencial análise do mundo de forma crítica e abrangente. A “desnaturalização” e o “estranhamento”, métodos de observação desta ciência social, permitem aos jovens a interpretação do cotidiano com a consciência de que os fenômenos políticos, econômicos e culturais são fruto de um amplo processo histórico e social. (FERREIRA e SANTANA, 2018, p. 50)

O cenário de disputas em torno do currículo e a ênfase dada a obrigatoriedade do ensino de Português e Matemática, aliado ao ensino técnico e profissionalizante, permite refletir qual a contribuição da Sociologia para esse novo ensino. Será que ela agrega em algo a partir da visão dos idealizadores da reforma? Será que seu ensino impacta de forma contrária o que foi proposto pela reforma? Esses são alguns questionamentos, visto o que os autores, Ferreira e Santana, nos permitem perceber sobre o ensino de Sociologia.

Partindo dessas contribuições, a Sociologia perde seu espaço que levou tanto tempo para conquistar e fica mais uma vez a mercê de como as instituições vão se utilizar dela e também de seus professores(as). Pois, aos professores e professoras concursadas que já estão inseridos no ambiente escolar, reajustará seus arranjos de trabalho, visto que sua disciplina mudou o formato. Além disso,

a Sociologia, que ao longo das últimas décadas enfrentou problemas com a insuficiência de profissionais especializados, poderá ter um agravamento desse quadro como um dos impactos da reforma, haja vista o desestímulo da formação decorrente da falta de oportunidades para os sociólogos licenciados. (FERREIRA e SANTANA, 2018, p. 51)

⁷ A Emenda Constitucional 241, conhecida como a “PEC do Teto dos Gastos”, aprovada em 2016, causou uma restrição orçamentária de 20 anos. A educação pública não terá investimentos por esse período, mas apresenta um contexto de aprovação de uma reforma educacional que precisa de investimentos para sua consolidação. Ver em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>

Outra relação sobre o ensino de Sociologia e os impactos que possam surgir diante da reforma é a ameaça da perda de uma formação crítica ofertada aos estudantes, construída com as discussões propostas na disciplina que abrangem as esferas políticas, sociais, culturais e econômicas. Sabemos que a Sociologia oferta ter um panorama geral sobre os acontecimentos da sociedade e junto com isso a possibilidade de debates, construção de argumentos e diálogos entre as diferentes temáticas da vida em sociedade. É importante estabelecer estratégias para que não se perca essa dimensão proposta pelo ensino de Sociologia e acabe por colocar lacunas na formação desses estudantes.

Como o Ensino Médio na Reforma de 2017 passa a ter os itinerários formativos, a Sociologia também compõe a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Caso a escola ofereça esse itinerário, os e as estudantes podem enveredar nos estudos propostos da área. As dificuldades surgem quando se coloca as quatro disciplinas que a compõe – História, Geografia, Filosofia e Sociologia –, em um bloco único. Cada uma tem sua especificidade e um olhar diferente para a sociedade. Dessa forma, o professor(a), a partir da sua formação também direcionará os debates e construção das temáticas a partir do viés de sua formação. Com isso, o livro didático também passa a ser um único livro pertencente a área. Uma educação multidisciplinar é importante e plausível no contexto da sociedade diversificada, desde que oferecida também aos docentes através da formação inicial ou da formação continuada os mecanismos necessários para tal feito. As dificuldades iniciam no âmbito de como dialogar e propor um ensino que dialogue com essa realidade. A formação docente nas universidades, seguindo esse fluxo, precisa também se reorganizar.

Uma vista rápida aos livros didáticos ofertados no PNLD 2021, referente à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, vemos muitos desafios e a proposta explícita do que se espera do ensino no Novo Ensino Médio⁸. Os livros propõem, em sua maioria, um protagonismo juvenil que envereda por temáticas voltadas à obtenção de produtos finais e que esses produtos, por muitas vezes, partem para o campo das inovações tecnológicas. Sabemos que a realidade da escola pública e de seus estudantes, não condiz, em grande parcela, a instrumentalizar-se com essas inovações. Não cabe aqui dizer que essas inovações não são relevantes, mas se em uma realidade de pandemia pela COVID-19 a qual o mundo está acometido na atualidade, a realidade das escolas públicas foram de diversas dificuldades, tanto por parte de sua organização como do acesso dos e das

⁸ Ver em: <https://www.fn.de.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/escolha-pnld-2021-projetos>

estudantes com o formato remoto, refletida principalmente pela falta de recursos de ambos os setores. Propor mudanças é também propor subsídios para que tais mudanças ocorram. Nessa nova realidade, o orçamento está congelado, e como tais mudanças vão ocorrer? E em relação aos professores(as) e o domínio com as novas tecnologias, é pré-requisito para formação ou haverá investimentos para seu desenvolvimento na área?

Sem dúvidas, há muitas questões sem respostas sobre o Novo Ensino Médio. De 2017 pra cá, vimos as propostas feitas caminharem, mas ainda sem a ótica da dimensão do todo. O ensino de Sociologia através dos estudos e práticas ainda é uma incógnita. Trazer a luz algumas dessas reflexões permite com que haja uma maior discussão e consiga abordar os impactos dessas transformações. Utilizando o clichê de que cada ação tem uma reação, reagir dentro da produção do conhecimento e discussão acadêmica permite que possamos adentrar a realidade empírica com maior fôlego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário que permeou o processo tanto de aprovação da lei 13.415/2017 e da BNCC perpassaram pela falta de diálogo a comunidade escolar e a comunidade civil. O conturbado contexto político que tramitou em caráter de urgência evidencia as disputas que o envolvem. Para além disso, quais os aparatos que fornecem com que disciplinas percam sua obrigatoriedade e outras ganhem notoriedade? (LOPES, 2021) Diante disso, é possível que além de entender o campo dessas mudanças provocadas pela ‘nova’ reforma, também se aponte para os desdobramentos empíricos que surtirá como a realidade de professores que terão que se remodelar para compreender tais mudanças, de gestores escolares para modificar o cenário cotidiano das escolas, dos e das estudantes com as novas perspectivas de futuro proposta pela reforma, e da formação docente que também precisa acompanhar as mudanças da educação básica

De maneira geral, até aqui chegamos ao entendimento de que há um pano de fundo e jogo de interesses para que as mudanças, especificadamente, no cenário educacional ocorram. Não se justifica dizer que as mudanças não sejam bem-vindas, mas que elas precisam ser dialogadas e ter aparatos para que seja realmente implementada. Com isso, os currículos precisam também ofertar uma formação ampla e não somente priorizar o desenvolvimento tecnicista, mas possibilitar escolhas reais quem envolvam os diversos campos possíveis para se alcançar. A Sociologia mais uma vez encontra um obstáculo em

seu percurso, por mais um momento precisará reforçar qual a contribuição ofertada para a formação dos e das discentes e reivindicar seu espaço de atuação.

A Sociologia enquanto disciplina caminhou por muitos anos em constante entrada e saída dos currículos. Se sua importância ainda hoje não consegue ser percebida se deve muito a esses percalços encontrados. Quando então caminha rumo a uma consolidação é colocada a prova novamente. A educação pública não pode se resumir apenas ao investimento nas áreas técnicas e profissionalizantes. A discussão em relação a quem tende essa formação de uma mão de obra jovem é bem mais ampla e cabe ser discutida em outro momento, tendo o objetivo de incorporar um debate sobre a mercantilização da educação.

Coube a essa pesquisa trazer reflexões sobre o ensino de Sociologia ao longo dos anos. A partir dos encaminhamentos propostos há um leque de assuntos que podem ser abordados. A intenção em si foi concluída. Os próximos passos encaminham-se na tentativa de visualizar as novas nuances advindas da Reforma de 2017

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de dezembro de 2018. **Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em 12/11/2019. Acesso em: 13 fev. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino / Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron. 7. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FEIJÓ, Fernanda. Breve histórico do desenvolvimento do ensino de Sociologia no Brasil. **Revista Percursos**, Florianópolis, v. 13, n. 01, p. 133-153, jan/jun. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2508/2071>. Acesso em: 28 jun. 2019.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, no. 139, p. 385- 404, abr.-jun., 2017.

FERREIRA, Wallace; SANTANA, Diego C. de. A Reforma do Ensino Médio e o ensino de Sociologia. **Revista Perspectiva Sociológica**, nº 21, 1º sem. 2018, pp. 41-53. Disponível em: <https://cp2.g12.br/ojs/index.php/PS/article/view/1740> . Acesso em: 20 out. 2019.

LIMA, Yara Marques; CRUZ, Raimunda Costa. Ensino de sociologia: trajetória da disciplina na educação básica. **Anais VII ENALIC**, Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/52112>. Acesso em: 15 abr. 2021

LOPES, Francisco Willams Ribeiro. (Des)continuidades na política de um currículo nacional: a Sociologia nos arranjos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil. **Revista de Ciências Sociais** — Fortaleza, v. 52, n. 1, mar./jun., 2021, p. 245–282. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/59993>. Acesso em: 02 abr. 2021.

NOGUEIRA, Cláudio M. M.; NOGUEIRA, Maria A. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n o 78, Abril/2002.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil**: (1930/1973). – 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

VIEIRA, Sofia Lerche. **Desejos de Reforma**: legislação educacional no Brasil – Império e República. Brasília: Liber Livro, 2008.